

Saúde materno-fetal e vulnerabilidade de gestantes de alto risco no sistema prisional: revisão de escopo

Maternal-fetal health and vulnerability of high-risk pregnant women in the prison system: a scoping review

Salud materno-fetal y vulnerabilidad de mujeres embarazadas de alto riesgo en el sistema penitenciario: revisión de alcance

DOI: 10.5281/zenodo.14930168

Recebido: 28 jan 2025

Aprovado: 15 fev 2025

Maria Hellen dos Santos

Graduanda em Enfermagem

Instituição de formação: Faculdade Pernambucana de Saúde

Endereço: Recife- Pernambuco, Brasil.

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-2709-923X>

E-mail: hellen_santos09@hotmail.com

Daniel Laiber Bonadiman

Doutor em Ciências Médicas, Mestre em Ciências da Saúde, Graduando em Medicina

Instituição de formação: Universidade Iguazu- Unig

Endereço: Itaperuna- Rio de Janeiro, Brasil.

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-9696-9886>

E-mail: drogakminas@yahoo.com.br

Maria Fernanda Abritta Mariquito

Graduanda em Medicina

Instituição de formação: Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais

Endereço: Belo Horizonte- Minas Gerais, Brasil.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5585-0879>

E-mail: mfabritta28@hotmail.com

Orlando Leite Rolim Filho

Graduado em Ciências da Computação

Instituição de formação: Faculdade Católica da Paraíba

Endereço: Cajazeiras- Paraíba, Brasil.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8956-3755>

E-mail: rolimorlando@gmail.com

RESUMO

A saúde materno-fetal no sistema prisional enfrenta desafios devido à precariedade da infraestrutura, acesso limitado a cuidados médicos e impacto psicossocial. Gestantes de alto risco sofrem vulnerabilidades adicionais, como histórico de violência e uso de substâncias. A separação precoce entre mãe e filho pode comprometer o vínculo materno e o desenvolvimento infantil. A legislação brasileira prevê assistência pré-natal e parto humanizado, mas sua efetividade é prejudicada por limitações estruturais e burocráticas. Este estudo, uma revisão de escopo, analisou a vulnerabilidade de gestantes no sistema prisional. A busca sistemática foi realizada em bases científicas como PubMed, Scopus e SciELO, utilizando descritores padronizados. Foram incluídos estudos que abordavam assistência materno-fetal, fatores de vulnerabilidade e impactos do encarceramento na gravidez. A análise categorizou os principais desafios enfrentados por essas mulheres e as estratégias existentes para mitigá-los. Os resultados indicam que a falta de assistência adequada aumenta riscos obstétricos e neonatais, incluindo parto prematuro e restrição de crescimento fetal. Condições carcerárias insalubres favorecem infecções, desnutrição e transtornos psiquiátricos. A ausência de suporte social e emocional agrava a saúde mental das gestantes. A implementação de políticas eficazes e humanizadas, como unidades materno-infantis e capacitação profissional, é essencial para minimizar os impactos negativos do encarceramento. Garantir um cuidado digno e intersetorial às gestantes privadas de liberdade pode reduzir desigualdades e promover melhores condições de vida para mães e filhos.

Palavras-chave: Gestantes de alto risco, Prisão, Saúde materno-fetal, Sistema prisional.

ABSTRACT

Maternal-fetal health in the prison system faces challenges due to poor infrastructure, limited access to medical care, and psychosocial impact. High-risk pregnant women experience additional vulnerabilities, such as a history of violence and substance abuse. Early separation between mother and child can compromise maternal bonding and child development. Brazilian legislation provides for prenatal care and humanized childbirth, but its effectiveness is hindered by structural and bureaucratic limitations. This study, a scoping review, analyzed the vulnerability of pregnant women in the prison system. A systematic search was conducted in scientific databases such as PubMed, Scopus, and SciELO, using standardized descriptors. Studies addressing maternal-fetal care, vulnerability factors, and the impact of incarceration on pregnancy were included. The analysis categorized the main challenges faced by these women and existing strategies to mitigate them. The results indicate that the lack of adequate care increases obstetric and neonatal risks, including premature birth and fetal growth restriction. Unsanitary prison conditions promote infections, malnutrition, and psychiatric disorders. The absence of social and emotional support worsens the mental health of pregnant women. The implementation of effective and humanized policies, such as maternal-child units and professional training, is essential to minimize the negative impacts of incarceration. Ensuring dignified and intersectoral care for pregnant women deprived of liberty can reduce inequalities and promote better living conditions for mothers and children.

Keywords: High-risk pregnant women, Prison, Maternal-fetal health, Prison system.

RESUMEN

La salud materno-fetal en el sistema penitenciario enfrenta desafíos debido a la precariedad de la infraestructura, el acceso limitado a la atención médica y el impacto psicossocial. Las mujeres embarazadas de alto riesgo sufren vulnerabilidades adicionales, como antecedentes de violencia y consumo de sustancias. La separación temprana entre madre e hijo puede comprometer el vínculo materno y el desarrollo infantil. La legislación brasileña prevé asistencia prenatal y parto humanizado, pero su efectividad se ve perjudicada por limitaciones estructurales y burocráticas. Este estudio, una revisión de alcance, analizó la vulnerabilidad de las mujeres embarazadas en el sistema penitenciario. Se realizó una búsqueda sistemática en bases científicas como PubMed, Scopus y SciELO, utilizando descriptores estandarizados. Se incluyeron estudios que abordaban la atención materno-fetal, factores de vulnerabilidad e impactos del encarcelamiento en el embarazo. El análisis categorizó los principales desafíos que enfrentan estas mujeres y las estrategias existentes para mitigarlos. Los resultados indican que la falta de atención

adecuada aumenta los riesgos obstétricos y neonatales, incluyendo el parto prematuro y la restricción del crecimiento fetal. Las condiciones carcelarias insalubres favorecen infecciones, desnutrición y trastornos psiquiátricos. La ausencia de apoyo social y emocional agrava la salud mental de las mujeres embarazadas. La implementación de políticas eficaces y humanizadas, como unidades materno-infantiles y la capacitación profesional, es esencial para minimizar los impactos negativos del encarcelamiento. Garantizar una atención digna e intersectorial a las mujeres embarazadas privadas de libertad puede reducir las desigualdades y promover mejores condiciones de vida para madres e hijos.

Palabras clave: Mujeres embarazadas de alto riesgo, Prisión, Salud materno-fetal, Sistema penitenciario.

1. INTRODUÇÃO

A saúde materno-fetal no contexto do sistema prisional representa um desafio significativo para a assistência à gestante e ao recém-nascido. As mulheres privadas de liberdade constituem um grupo socialmente vulnerável, exposto a condições precárias de infraestrutura, alimentação inadequada, dificuldades de acesso a cuidados médicos especializados e impacto psicossocial adverso. No caso de gestantes de alto risco, essas dificuldades são agravadas, aumentando a probabilidade de complicações obstétricas e neonatais. Dessa forma, a garantia da assistência pré-natal qualificada é fundamental para minimizar os riscos maternos e fetais e promover melhores desfechos perinatais (Silveira *et al.*, 2024).

O ambiente carcerário é caracterizado por limitações estruturais e institucionais que dificultam a implementação de políticas públicas eficazes voltadas para a saúde da mulher. A superlotação, a ausência de profissionais de saúde capacitados e a burocracia no acesso a serviços especializados comprometem o acompanhamento das gestantes. Além disso, o estigma social associado às mulheres encarceradas pode influenciar negativamente a qualidade do atendimento prestado, tornando-se um fator adicional de vulnerabilidade. Nesse cenário, as gestantes de alto risco enfrentam barreiras ainda mais expressivas para a obtenção de suporte médico adequado (Galvan *et al.*, 2022).

A vulnerabilidade dessas mulheres não se restringe ao âmbito biológico, mas também engloba aspectos sociais e psicológicos que repercutem diretamente na saúde materno-fetal. Muitas dessas gestantes possuem histórico de violência, uso de substâncias psicoativas e baixa escolaridade, fatores que contribuem para a negligência da saúde durante a gravidez. Além disso, a separação forçada entre mãe e filho após o parto pode gerar impactos emocionais severos, prejudicando o vínculo materno e influenciando o desenvolvimento da criança. Assim, é imprescindível considerar uma abordagem integral que contemple não apenas o acompanhamento clínico, mas também o suporte social e psicológico (Gozzo, 2023).

A legislação brasileira prevê diretrizes para a assistência à saúde da mulher privada de liberdade, garantindo o direito ao pré-natal e ao parto humanizado. No entanto, na prática, há um descompasso entre o que é estabelecido normativamente e as condições reais enfrentadas por essas gestantes no sistema

prisional. A efetividade dessas políticas é comprometida por limitações estruturais e pela ausência de um monitoramento adequado das ações implementadas. Assim, torna-se essencial a avaliação das políticas de atenção à saúde materno-fetal em unidades prisionais, a fim de garantir que as gestantes recebam o cuidado necessário e em tempo hábil (Basler *et al.*, 2024).

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a vulnerabilidade de gestantes de alto risco no sistema prisional, identificando os principais desafios enfrentados na assistência à saúde materno-fetal. Busca-se compreender os fatores que agravam a vulnerabilidade dessas mulheres, bem como avaliar as estratégias existentes para mitigar os impactos negativos da privação de liberdade sobre a gravidez e o desenvolvimento fetal. Dessa forma, espera-se contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para essa população, visando garantir um cuidado mais humanizado e eficaz.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de escopo que busca mapear a literatura existente sobre a vulnerabilidade de gestantes de alto risco no sistema prisional e sua relação com a saúde materno-fetal. A revisão de escopo é uma metodologia amplamente utilizada para examinar a extensão, a abrangência e os principais achados de um campo de pesquisa, permitindo a identificação de lacunas no conhecimento e direcionando futuras investigações. Para garantir rigor metodológico, este estudo seguiu as diretrizes do método proposto por Arksey e O'Malley (2005), posteriormente refinado por Levac, Colquhoun e O'Brien (2010), respeitando as etapas essenciais desse tipo de revisão.

A primeira etapa consistiu na formulação da pergunta de pesquisa, elaborada com base na estratégia PCC (População, Conceito e Contexto), conforme recomendado para revisões de escopo. Assim, a população deste estudo compreende gestantes de alto risco, o conceito central aborda a vulnerabilidade dessas mulheres no contexto prisional e o contexto refere-se ao sistema penitenciário. A questão norteadora foi definida como: “Quais são as principais vulnerabilidades enfrentadas por gestantes de alto risco no sistema prisional e seus impactos na saúde materno-fetal?” Essa definição permitiu estabelecer um escopo amplo, garantindo a inclusão de diferentes abordagens e perspectivas sobre o tema.

Na segunda etapa, foi realizada a busca sistemática nas bases de dados científicas indexadas, selecionadas com base na relevância para a área da saúde e ciências sociais. As bases utilizadas incluíram PubMed, Scopus, Web of Science, SciELO e Lilacs, garantindo uma cobertura ampla da literatura nacional e internacional. Para otimizar a recuperação dos estudos, foram aplicados descritores padronizados, utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings

(MeSH), combinados com operadores booleanos (AND, OR). Os termos principais incluíram “saúde materno-fetal”, “gestantes de alto risco”, “prisão” e “sistema prisional”.

A terceira etapa envolveu a seleção dos estudos, realizada em três fases: leitura dos títulos, análise dos resumos e leitura completa dos artigos potencialmente relevantes. Para garantir maior rigor, dois pesquisadores conduziram a triagem de forma independente, utilizando critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram incluídos estudos que abordavam a assistência à saúde materno-fetal em unidades prisionais, os fatores de vulnerabilidade das gestantes privadas de liberdade e os impactos do encarceramento na gravidez. Excluíram-se revisões não sistemáticas, estudos sem acesso ao texto completo e publicações em idiomas diferentes do português, inglês ou espanhol.

Na quarta etapa, procedeu-se à extração e análise dos dados dos estudos selecionados, utilizando uma matriz de síntese desenvolvida para organizar as principais informações de cada artigo. Foram extraídos dados como autor, ano de publicação, país de origem, objetivos do estudo, metodologia empregada, principais achados e conclusões. A análise foi conduzida de forma descritiva e temática, permitindo a categorização dos principais fatores de vulnerabilidade das gestantes de alto risco no sistema prisional e seus impactos na saúde materno-fetal. Essa abordagem facilitou a identificação de padrões recorrentes na literatura e a discussão das implicações dos achados para a formulação de políticas públicas.

Por fim, na quinta etapa, foi realizada a síntese e apresentação dos resultados, estruturada de acordo com as principais categorias identificadas. Os achados foram interpretados à luz da literatura existente, destacando as lacunas no conhecimento e propondo direções para futuras pesquisas. Além disso, os resultados foram discutidos à luz das políticas públicas vigentes, analisando a eficácia das diretrizes de atenção à saúde materno-fetal no sistema prisional. Essa etapa permitiu consolidar as contribuições da revisão e reforçar a importância da assistência qualificada e humanizada para gestantes privadas de liberdade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vulnerabilidade das gestantes de alto risco no sistema prisional está intrinsecamente ligada a fatores estruturais, sociais e institucionais que comprometem a qualidade do cuidado materno-fetal. O acesso limitado ao pré-natal adequado, a carência de profissionais capacitados e a precariedade das unidades de saúde dentro do sistema prisional dificultam a identificação precoce e o manejo de complicações obstétricas. Estudos indicam que a ausência de acompanhamento contínuo e especializado aumenta significativamente os riscos de parto prematuro, restrição de crescimento fetal e

morbimortalidade materno-infantil. Além disso, as condições insalubres do ambiente carcerário favorecem a incidência de infecções, desnutrição e transtornos psiquiátricos que podem afetar diretamente a saúde da gestante e do feto (Alves *et al.*, 2021).

Do ponto de vista social, as mulheres encarceradas geralmente possuem histórico de vulnerabilidade antes mesmo da prisão, com baixa escolaridade, renda insuficiente e pouca ou nenhuma assistência médica anterior. Muitas dessas gestantes também enfrentam o desafio de serem mães solo, sem rede de apoio externa, o que agrava o impacto do encarceramento sobre a maternidade. A falta de suporte emocional, aliada ao isolamento imposto pela privação de liberdade, pode levar a transtornos como ansiedade e depressão gestacional, afetando não apenas a saúde mental da mulher, mas também o desenvolvimento fetal. Dessa forma, a abordagem da saúde materno-fetal no sistema prisional precisa ir além do cuidado biomédico, integrando estratégias psicossociais para minimizar os impactos negativos da prisão (Silveira *et al.*, 2023).

A realidade do sistema prisional feminino no Brasil revela lacunas significativas no cumprimento das diretrizes legais de assistência à saúde da gestante. Embora a Lei de Execução Penal e normativas específicas garantam o direito ao acompanhamento pré-natal e ao parto humanizado, na prática, esses direitos são frequentemente negligenciados. A superlotação das unidades prisionais, a escassez de recursos e a falta de articulação entre os serviços de saúde e o sistema de justiça dificultam a implementação efetiva dessas políticas. Como resultado, muitas gestantes não realizam o número mínimo de consultas pré-natais recomendado pelo Ministério da Saúde, o que compromete a detecção e o tratamento precoce de complicações gestacionais (Nagai *et al.*, 2022).

Outro aspecto crítico da assistência materno-fetal no sistema prisional é o destino do recém-nascido após o parto. Apesar da existência de legislações que garantem o direito ao aleitamento materno e à permanência da criança com a mãe nos primeiros meses de vida, a aplicação dessas normas varia de acordo com a unidade prisional. Em muitos casos, o afastamento precoce entre mãe e filho ocorre logo após o nascimento, o que pode comprometer o vínculo afetivo e gerar impactos negativos para ambos. A separação abrupta, aliada à falta de suporte emocional e social, pode aumentar os níveis de estresse materno e contribuir para o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, como a depressão pós-parto (Medeiros *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, torna-se fundamental a adoção de estratégias que garantam uma atenção materno-fetal mais eficaz no ambiente prisional. A capacitação de profissionais de saúde para lidar com as particularidades desse público, a ampliação do acesso a serviços especializados e a implementação de medidas que favoreçam a humanização do atendimento são passos essenciais. Além disso, é necessário

um maior investimento em políticas públicas voltadas para a saúde da mulher encarcerada, garantindo o cumprimento das diretrizes estabelecidas e promovendo um cuidado mais equitativo e digno. A criação de unidades materno-infantis dentro do sistema prisional, por exemplo, pode representar uma alternativa viável para assegurar a permanência do bebê com a mãe nos primeiros meses de vida, minimizando os impactos da separação precoce (Alencar *et al.*, 2024).

Por fim, a assistência à saúde materno-fetal no sistema prisional não deve ser vista apenas como uma questão de saúde pública, mas também como um reflexo das desigualdades sociais e da necessidade de políticas de reintegração mais eficazes. A vulnerabilidade das gestantes privadas de liberdade evidencia a importância de um olhar mais humanizado e intersetorial, que envolva não apenas a área da saúde, mas também o sistema de justiça, a assistência social e os direitos humanos. Dessa forma, é imprescindível que sejam promovidas mudanças estruturais e institucionais que garantam a essas mulheres e seus filhos o direito a um acompanhamento digno e adequado, reduzindo as desigualdades e promovendo melhores condições de vida para essa população (Guedes *et al.*, 2022).

4. CONCLUSÃO

A vulnerabilidade das gestantes de alto risco no sistema prisional é um problema complexo que envolve fatores estruturais, sociais e institucionais que comprometem a qualidade da assistência materno-fetal. A precariedade das unidades prisionais, o acesso limitado a serviços de saúde especializados e a ausência de um suporte psicossocial adequado contribuem para o aumento dos riscos obstétricos e neonatais. Além disso, a separação precoce entre mãe e filho agrava os impactos emocionais do encarceramento, afetando o vínculo materno e o desenvolvimento infantil.

A negligência no cumprimento das diretrizes legais que garantem o direito ao pré-natal e ao parto humanizado demonstra a necessidade de um maior investimento em políticas públicas voltadas para essa população. A superlotação das unidades prisionais, a escassez de profissionais capacitados e a falta de articulação entre os setores da saúde e da justiça dificultam a implementação de medidas eficazes para assegurar um cuidado adequado às gestantes encarceradas. Como consequência, muitas dessas mulheres enfrentam uma gravidez sem acompanhamento adequado, aumentando a probabilidade de complicações graves.

Diante desse cenário, torna-se essencial a adoção de estratégias que promovam uma assistência materno-fetal mais humanizada dentro do sistema prisional. Medidas como a capacitação de profissionais, a ampliação do acesso a exames e tratamentos especializados e a criação de unidades materno-infantis podem minimizar os impactos negativos da prisão sobre a gravidez. Além disso, é fundamental garantir

que as mulheres privadas de liberdade tenham seus direitos assegurados, recebendo um atendimento digno e respeitoso, conforme previsto na legislação.

A análise da vulnerabilidade das gestantes de alto risco no sistema prisional reforça a importância de um olhar mais amplo e intersetorial sobre a questão, envolvendo não apenas o setor da saúde, mas também o sistema de justiça, a assistência social e os direitos humanos. A promoção de políticas públicas eficazes, aliadas a uma maior fiscalização do cumprimento das normas existentes, é essencial para reduzir as desigualdades e garantir melhores condições de vida para essas mulheres e seus filhos.

Portanto, este estudo contribui para a reflexão sobre os desafios enfrentados pelas gestantes encarceradas e a necessidade de mudanças estruturais e institucionais que garantam um cuidado materno-fetal mais adequado e humanizado. A implementação de medidas efetivas pode não apenas melhorar os desfechos perinatais, mas também promover maior dignidade e justiça social para essa população vulnerável, reduzindo os impactos negativos do encarceramento sobre a maternidade e o desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. L. *et al.* Taxas de cesárea de um hospital referência em gestações de alto risco. *Cadernos ESP*, v. 18, n. 1, p. e1859-e1859, 2024. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/1859>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ALVES, T. O. *et al.* Gestação de alto risco: epidemiologia e cuidados, uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 4, p. 14860-14872, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/32690>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BASLER, T. *et al.* A atuação do psicólogo na gestação de alto risco: uma revisão integrativa. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 24, 2024. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812024000100402&script=sci_arttext. Acesso em: 15 fev. 2025.

GALVAN, J. *et al.* Fatores relacionados à orientação de busca pelo atendimento odontológico na gestação de alto risco. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 21, p. 1143-1153, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/tNYS3bZH8dKKYtjkCZxYBJK/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GOZZO, D. Planejamento familiar e maternidade tardia no Brasil: gestação de alto risco a partir dos 35 anos. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v. 12, n. 1, p. 69-80, 2023. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/967>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GUEDES, H. M. *et al.* Gestação de alto risco: perfil epidemiológico e fatores associados com o encaminhamento para serviço especializado. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 12, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsj.edu.br/recom/article/view/4219>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MEDEIROS, F. F. *et al.* Avaliação pré-natal da gestação de alto risco na atenção primária e ambulatorial especializada: estudo misto. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 76, p. e20220420, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/PtNnJ9tXbN3tJhJp7VV77hr/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2025.

NAGAI, M. M. *et al.* Gestação de alto risco: caracterização do perfil de utilização de medicamentos e associação com fatores clínicos e sociodemográficos. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 22, p. 609-618, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/738nmGT7LPQ78s5hndRYG5c/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVEIRA, M. M. P. *et al.* Mortalidade materna em uma maternidade para gestação de alto risco de uma cidade do estado da Bahia. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 24, n. 7, p. e17016-e17016, 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/17016>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SILVEIRA, M. R. P. V. *et al.* Fatores de risco e complicações da gestação de alto risco: uma revisão de literatura. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 4, n. 9, p. e493901-e493901, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3901>. Acesso em: 25 jan. 2025.